

**DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO DE
MONSENHORHIPÓLITO**

Março/2004

**PROJETO CADASTRO
DE FONTES DE
ABASTECIMENTO POR
ÁGUA SUBTERRÂNEA**

PIAUÍ



 **CPRM**
Serviço Geológico do Brasil

 **PRODEEM**
O Brasil se liga, o futuro acontece

Programa
LUZ
para todos

Secretaria de
MinaseMetalurgia

Secretaria de
Desenvolvimento Energético

Ministério de
Minase Energia

 **BRASIL**
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

Dilma Vana Rousseff

Ministra de Estado

SECRETARIA EXECUTIVA

Mauricio Tiomno Tolmasquim

Secretário

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ENERGÉTICO

André Ramon Silva Martins

Secretário Interino

SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA

Giles Carriconde Azevedo

Secretário

PROGRAMA LUZ PARA TODOS

João Nunes Ramis

Diretor

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO
ENERGÉTICO DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS
PRODEEM

Paulo Augusto Leonelli

Diretor

Aroldo Borba
Gerente Técnico

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL - CPRM

Agamenon Sérgio Lucas Dantas

Diretor-Presidente

José Ribeiro Mendes

Diretor de Hidrologia e Gestão Territorial

Manoel Barretto da Rocha Neto

Diretor de Geologia e Recursos Minerais

Álvaro Rogério Alencar Silva

Diretor de Administração e Finanças

Fernando Pereira de Carvalho

Diretor de Relações Institucionais e
Desenvolvimento

Frederico Cláudio Peixinho

Chefe do Departamento de Hidrologia

Fernando Antonio Carneiro Feitosa

Chefe da Divisão de Hidrogeologia e Exploração

Ivanaldo Vieira Gomes da Costa

Superintendente Regional de Salvador

José Wilson de Castro Timóteo

Superintendente Regional de Recife

Hélio Pereira

Superintendente Regional de Belo Horizonte

Darlan Filgueira Maciel

Chefe da Residência de Fortaleza

Francisco Batista Teixeira

Chefe da Residência Especial de Teresina

Ministério de Minas e Energia
Secretaria de Desenvolvimento Energético / Secretaria de Minas e Metalurgia
Programa Luz Para Todos
Programa de Desenvolvimento Energético de Estados e Municípios - PRODEEM
Serviço Geológico do Brasil - CPRM
Diretoria de Hidrologia e Gestão Territorial

**PROJETO CADASTRO DE FONTES DE ABASTECIMENTO POR
ÁGUA SUBTERRÂNEA**

ESTADO DO PIAUÍ

***DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO DE MONSENHOR
HIPÓLITO***

ORGANIZAÇÃO DO TEXTO

Robério Bôto de Aguiar
José Roberto de Carvalho Gomes

Fortaleza
Março/2004

COORDENAÇÃO GERAL

Frederico Cláudio Peixinho - DEHID

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Fernando Antônio C. Feitosa - DIHEXP

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVO-FINANÇEIRA

José Emílio C. Oliveira - DIHEXP

APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Sara Maria Pinotti Benvenuti - DIHEXP

COORDENAÇÃO REGIONAL

Jaime Quintas dos S. Colares - REFO

José Alberto Ribeiro - REFO

Oderson A. de Souza Filho - REFO

Francisco C. Lages C. Filho - RESTE

João Alfredo da C. L. Neto - SUREG-RE

José Carlos da Silva - SUREG-RE

Luis Fernando C. Bonfim - SUREG-SA

EQUIPE TÉCNICA DE CAMPO

REFO

Ângelo Trévia Vieira

Felicíssimo Melo

Francisco Alves Pessoa

Jader Parente Filho

José Roberto de Carvalho Gomes

Liano Silva Veríssimo

Luiz da Silva Coelho

Robério Bôto de Aguiar

RESTE

Antônio Reinaldo Soares Filho

Carlos Antônio Luz

Cipriano Gomes Oliveira

Heinz Alfredo Trein

Ney Gonzaga de Souza

SUREG-RE

Ari Teixeira de Oliveira

Breno Augusto Beltrão

Cícero Alves Ferreira

Cristiano de Andrade Amaral

Dunaldson Eliezer G. A da Rocha

Franklin de Moraes

Frederico José Campelo de Souza

Jardo Caetano dos Santos

José Wilson de Castro Temóteo

João de Castro Mascarenhas

Jorge Luiz Fortunato de Miranda

Luiz Carlos de Souza Júnior

Manoel Júlio da Trindade G. Galvão

Saulo de Tarso Monteiro Pires

Sérgio Monthezuma S. Guerra

Simeones Neri Pereira

Valdecílio Galvão Duarte de Carvalho

Vanildo Almeida Mendes

SUREG-SA

Edvaldo Lima Mota

Edmilson de Souza Rosa

Hermínio Brasil Vilaverde Lopes

João Cardoso Ribeiro M. Filho

Luis Henrique Monteiro Pereira

Pedro Antônio de Almeida Couto

Vânia Passos Borges

SUREG-BH

Angélica Garcia Soares

Eduardo Jorge Machado Simões

Ely Soares de Oliveira

Haroldo Santos Viana

Reynaldo Murilo D. Alves de Brito

EM DESTAQUE

Almir Araújo Pacheco - SUREG-BE

Ana Cláudia Vieira - SUREG-PA

Bráulio Robério Caye - SUREG-PA

Carlos J. B. Aguiar - SUREG-MA

Geraldo de B. Pimentel - SUREG-PA

José Cláudio Viegas C. - SUREG-SA

Paulo Pontes Araújo - SUREG-BE

Tomás E. Vasconcelos - SUREG-GO

RECENSEADORES

Acácio Ferreira Júnior

Adriana de Jesus Felipe

Álerson Faliere Suarez

Almir Gomes Freire - CPRM

Ângela Aparecida Pezzuti

Antônio Celso R. de Melo - CPRM

Antônio Edílson Pereira de Souza

Antônio Jean Fontenele Menezes

Antônio Manoel Marciano Souza

Antônio Marques Honorato

Armando Arruda Câmara F. - CPRM

Carlos Alberto G. de Andrade - CPRM

Celso Viana Maciel

Cícero René de Souza Barbosa

Cláudio Márcio Fonseca Vilhena

Claudionor de Figueiredo

Cleiton Pierre da Silva Viana

Cristiano Alves da Silva

Edivaldo Fateicha - CPRM

Eduardo Benevides de Freitas

Eduardo Fortes Crisóstomos

Eliomar Coutinho Barreto

Emanuelly de Almeida Leão

Emerson Garret Menor

Emicles Pereira C. de Souza

Érika Peconick Ventura

Erval Manoel Linden - CPRM

Ewerton Torres de Melo

Fábio de Andrade Lima

Fábio de Souza Pereira

Fábio Luiz Santos Faria

Francisco Augusto A. Lima

Francisco Edson Alves Rodrigues

Francisco Ivanir Medeiros da Silva

Francisco José Vasconcelos Souza

Francisco Lima Aguiar Junior

Francisco Pereira da Silva - CPRM

Frederico Antônio Araújo Meneses

Geancarlo da Costa Viana

Genivaldo Ferreira de Araújo

Gustavo Lira Meyer

Haroldo Brito de Sá

Henrique Cristiano C. Alencar

Jamile de Souza Ferreira

Jaqueline Almeida de Souza

Jefté Rocha Holanda

João Carlos Fernandes Cunha

João Luis Alves da Silva

Joelza de Lima Enéas

Jorge Hamilton Quidute Goes

José Carlos Lopes - CPRM

Joselito Santiago Lima

Josemar Moura Bezerril Junior

Julio Vale de Oliveira

Kênia Nogueira Diógenes

Marcos Aurélio C. de Góis Filho

Mário Wardi Junior

Matheus Medeiros Mendes Carneiro

Maurício Vieira Rios - CPRM

Michel Pinheiro Rocha

Narcelya da Silva Araújo

Nicácia Débora da Silva

Oscar Rodrigues Aciolly Júnior

Paula Francinete da Silveira Baia

Paulo Eduardo Melo Costa

Paulo Fernando Rodrigues Galindo

Pedro Hermano Barreto Magalhães

Raimundo Correa da Silva Neto

Ramiro Francisco Bezerra Santos

Raul Frota Gonçalves

Rodrigo Araújo de Mesquita

Romero Amaral Medeiros Lima

Rosângela de Assis Nicolau

Saulo Moreira de Andrade - CPRM

Sérvulo Fernandez Cunha

Thiago de Menezes Freire

Valdirene Carneiro Albuquerque

Vicente Calixto Duarte Neto - CPRM

Vilmar Souza Leal - CPRM

Wagner Ricardo R. de Alkimim

Walter Lopes de Moraes Junior

TEXTO

ORGANIZAÇÃO

José Roberto de Carvalho Gomes

Robério Bôto de Aguiar

CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

Localização e Aspectos Sócio-Econômicos

Homero Coelho Benevides

Raimundo Anunciato de Carvalho

Robério Bôto de Aguiar

Valderedo de Almeida Magno

Aspectos Fisiográficos e Geologia

Epifânio Gomes da Costa

Recursos Hídricos Superficiais

Francisco Tarcísio Braga Andrade

Robério Bôto de Aguiar

Recursos Hídricos Subterrâneos

Jose Roberto de Carvalho Gomes

DIAGNÓSTICO DOS POÇOS CADASTRADOS

Liano Silva Veríssimo

Ricardo de Lima Brandão

Robério Bôto de Aguiar

ILUSTRAÇÕES

Ângelo Trévia Vieira
Francisco Vladimir Castro Oliveira
Iaponira Paiva Gomes
José Alberto Ribeiro
José Roberto de Carvalho Gomes
Liano Silva Veríssimo
Oderson Antônio de Souza Filho
Raimundo Anunciato de Carvalho
Ricardo de Lima Brandão
Sara Maria Pinotti Benvenuti

BANCO DE DADOS

Coordenação

Francisco Edson Mendonça Gomes

Administração

Eriveldo da Silva Mendonça

Consistência

Janólfita Leda Rocha Holanda

MAPAS DE PONTOS D'ÁGUA

Coordenação

Francisco Edson Mendonça Gomes

Execução

Antônio Celso Rodrigues de Melo
José Emilson Cavalcante
Selêucis Lopes Nogueira
Vicente Calixto Duarte Neto

A282	Aguiar, Robério Bôto de Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea, estado do Piauí: diagnóstico do município de Monsenhor Hipólito / Organização do texto [por] Robério Bôto de Aguiar [e] José Roberto de Carvalho Gomes . — Fortaleza: CPRM - Serviço Geológico do Brasil, 2004. 1. Hidrogeologia – Piauí - Cadastros. 2. Água subterrânea – Piauí - Cadastros. I. Gomes, José Roberto de Carvalho. II Título. CDD 551.49098122
------	---

APRESENTAÇÃO

A CPRM – Serviço Geológico do Brasil, cuja missão é gerar e difundir conhecimento geológico e hidrológico básico para o desenvolvimento sustentável do Brasil, desenvolve no Nordeste brasileiro, para o Ministério de Minas e Energia, ações visando o aumento da oferta hídrica, que estão inseridas no Programa de Água Subterrânea para a região Nordeste, em sintonia com os programas do governo federal.

Executado por intermédio da Diretoria de Hidrologia e Gestão Territorial, desde o início o programa é orientado para uma filosofia de trabalho participativa e interdisciplinar e, atualmente, para fomentar ações direcionadas para inclusão social e redução das desigualdades sociais, priorizando ações integradas com outras instituições, visando assegurar a ampliação dos recursos naturais e, em particular, dos recursos hídricos subterrâneos, de forma compatível com as demandas da região nordestina.

É neste contexto que está sendo executado o Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea, localizado no semi-árido do Nordeste, que engloba os estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, e norte de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Embora com múltiplas finalidades, este Projeto visa atender diretamente às necessidades do PRODEEM, no que se refere à indicação de poços tubulares em condições de receber sistemas de bombeamento por energia solar.

Assim, esta contribuição técnica de significado alcance social do Ministério de Minas e Energia, em parceria com as Secretarias de Energia e de Minas e Metalurgia e com o Serviço Geológico do Brasil, servirá para dar suporte aos programas de desenvolvimento da região, com informações consistentes e atualizadas e, sobretudo, dará subsídios ao Programa Fome Zero, no tocante às ações efetivas para o abastecimento público e ao combate à fome das comunidades sertanejas do semi-árido nordestino.

José Ribeiro Mendes
Diretor de Hidrologia e Gestão Territorial
CPRM – Serviço Geológico do Brasil

APRESENTAÇÃO

1. INTRODUÇÃO	1
2. ÁREA DE ABRANGÊNCIA	1
3. METODOLOGIA	2
4. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	2
4.1. LOCALIZAÇÃO	2
4.2. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS	2
4.3. ASPECTOS FISIAGRÁFICOS	3
4.4. GEOLOGIA	4
4.5. RECURSOS HÍDRICOS	4
4.5.1. Águas Superficiais	4
4.5.2. Águas Subterrâneas	5
5. DIAGNÓSTICO DOS POÇOS CADASTRADOS	5
6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	7
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	8
ANEXO 1 - PLANILHA DE DADOS DAS FONTES DE ABASTECIMENTO	
ANEXO 2 - MAPA DE PONTOS D'ÁGUA	

1 - INTRODUÇÃO

O Polígono das Secas apresenta um regime pluviométrico marcado por extrema irregularidade de chuvas, no tempo e no espaço. Nesse cenário, a escassez de água constitui um forte entrave ao desenvolvimento socioeconômico e, até mesmo, à subsistência da população. A ocorrência cíclica das secas e seus efeitos catastróficos são por demais conhecidos e remontam aos primórdios da história do Brasil.

Esse quadro de escassez poderia ser modificado em determinadas regiões, através de uma gestão integrada dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos. Entretanto, a carência de estudos de abrangência regional, fundamentais para a avaliação da ocorrência e da potencialidade desses recursos, reduz substancialmente as possibilidades de seu manejo, inviabilizando uma gestão eficiente. Além disso, as decisões sobre a implementação de ações de convivência com a seca exigem o conhecimento básico sobre a localização, caracterização e disponibilidade dessas fontes hídricas.

Para um efetivo gerenciamento dos recursos hídricos, principalmente num contexto emergencial, como é o caso das secas, merece atenção a utilização das fontes de abastecimento de água subterrânea, pois esse recurso pode tornar-se significativo no suprimento hídrico da população e dos rebanhos. Neste sentido, um fato preocupante é o desconhecimento generalizado, em todos os setores, tanto do número quanto da situação das captações existentes, fato este agravado quando se observa a grande quantidade de captações de água subterrânea no semi-árido, principalmente em rochas cristalinas, desativadas e/ou abandonadas por problemas de pequena monta, em muitos casos passíveis de ser solucionados com ações corretivas de baixo custo.

Para suprir as necessidades das instituições e demais segmentos da sociedade atuantes na região nordestina, no atendimento à população quanto à garantia de oferta hídrica, principalmente nos momentos críticos de estiagem, a CPRM está realizando o **Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea** em consonância com as diretrizes do Governo Federal e com os propósitos apresentados pelo Ministério de Minas e Energia.

Este Projeto tem como objetivo cadastrar todos os poços tubulares, poços amazonas representativos e fontes naturais em uma área, inicial, de 722.000 km² da região Nordeste do Brasil, excetuando-se as áreas urbanas das regiões metropolitanas.

2 - ÁREA DE ABRANGÊNCIA

A área de abrangência do projeto de cadastramento (figura 1) estende-se pelos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, e norte de Minas Gerais.



Figura 1 - Área de abrangência do Projeto

3 - METODOLOGIA

O planejamento operacional para a realização deste projeto teve como base a experiência da CPRM nos projetos de cadastramento de poços dos estados do Ceará e de Sergipe, executados com sucesso em 1998 e 2001, respectivamente.

Os trabalhos de campo foram executados por microrregião, com áreas variando de 15.000 a 25.000 km². Cada área foi levantada por uma equipe coordenada por dois técnicos da CPRM e composta, em média, de seis recenseadores, na maioria estudantes de nível superior dos cursos de Geologia e Geografia, selecionados e treinados pela CPRM.

O trabalho contemplou o cadastramento das fontes de abastecimento por água subterrânea (poço tubular, poço escavado e fonte natural), com determinação das coordenadas geográficas pelo uso do *Global Positioning System* (GPS) e obtenção de todas as informações passíveis de ser coletadas através de uma visita técnica (caracterização do poço, instalações, situação da captação, dados operacionais, qualidade e uso da água, e aspectos ambientais, geológicos e hidrológicos).

Os dados coletados foram repassados sistematicamente ao Núcleo de Processamento de Dados da CPRM - Residência de Fortaleza, para, após rigorosa análise, alimentarem um banco de dados, que devidamente consistidos e tratados, possibilitaram a elaboração de um mapa de pontos d'água, de cada um dos municípios inseridos na área de atuação do Projeto, cujas informações são complementadas por esta nota explicativa, visando fácil manuseio e compreensão acessível a diferentes usuários.

Na elaboração dos mapas de pontos d'água foram utilizados, como base cartográfica, os mapas municipais estatísticos em formato digital do IBGE (Censo 2000), elaborados a partir das cartas topográficas da SUDENE e DSG – escala 1:100.000, sobre os quais foram colocados os dados referentes aos poços e fontes naturais contidos no banco de dados. Os trabalhos de arte final e impressão dos mapas foram realizados com o aplicativo *ArcView*. A base estadual com os limites municipais foi cedida pelo IBGE.

Há municípios em que ocorrem alguns casos de poços plotados fora dos limites do mapa municipal. Tais casos ocorrem por problemas ainda existentes na cartografia municipal ou talvez devido a informações incorretas prestadas aos recenseadores.

Além desse produto impresso, todas as informações coligidas estão disponíveis em meio digital, através de um CD ROM, permitindo a sua contínua atualização.

4 - CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MONSENHOR HIPÓLITO

4.1 - Localização

O município está localizado na microrregião de Pio IX (figura 2), compreendendo uma área irregular de 375 km², tendo como limites os municípios de Pio IX ao norte, ao sul com Campo Grande do Piauí, a oeste com Francisco Santos e, a leste com Alagoinha do Piauí e Campo Grande do Piauí.

A sede municipal tem as coordenadas geográficas de 06°59'47" de latitude sul e 41°01'47" de longitude oeste de Greenwich e dista cerca de 369 km de Teresina.

4.2 - Aspectos Socioeconômicos

Os dados socioeconômicos relativos ao município foram obtidos a partir de pesquisa nos *sites* do IBGE (www.ibge.gov.br) e do Governo do Estado do Piauí (www.pi.gov.br).

O município foi criado pela Lei Estadual nº 1.445 de 30/11/1956, sendo desmembrado do município de Picos. A população total, segundo o Censo 2000 do IBGE, é de 6.764 habitantes e uma densidade demográfica de 18,0 hab/km², onde 61,1% das pessoas estão na zona rural. Com relação a educação, 61,2% da população acima de 10 anos de idade é alfabetizada.

A sede do município dispõe de abastecimento de água, energia elétrica distribuída pela Companhia Energética do Piauí S/A - CEPISA, terminais telefônicos atendidos pela TELEMAR Norte Leste S/A, agência de correios e telégrafos e escola de ensino fundamental.

A agricultura praticada no município é baseada na produção sazonal de, feijão, mandioca e milho.

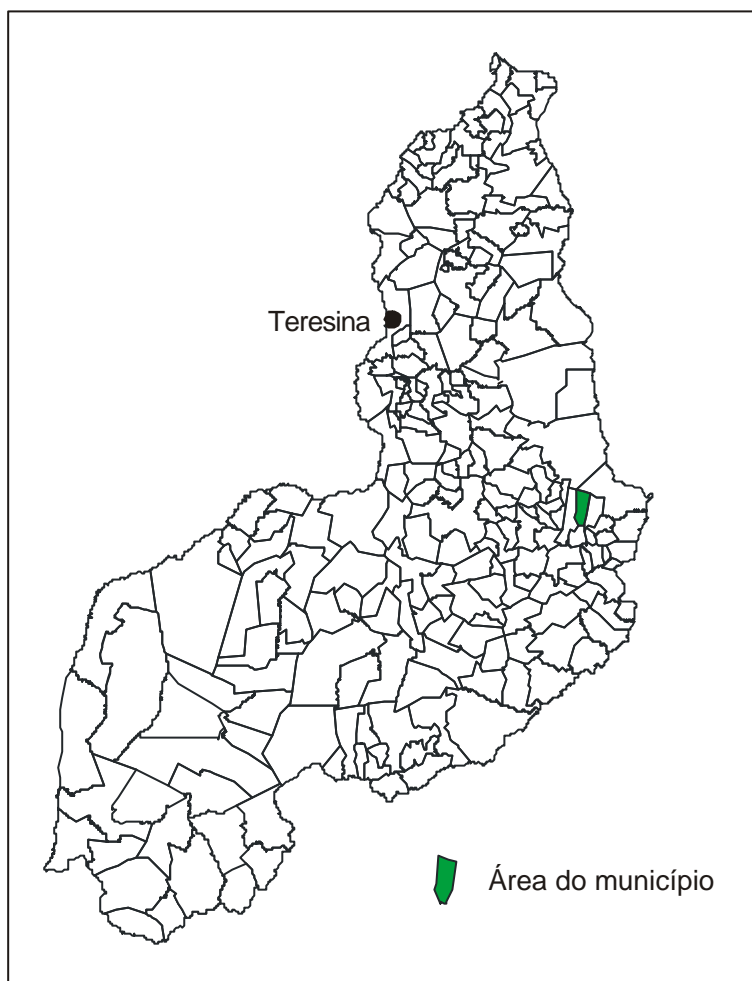


Figura 2 - Mapa de localização do município.

4.3 - Aspectos Fisiográficos

As condições climáticas do município de Monsenhor Hipólito (com altitude da sede a 257 m acima do nível do mar) apresentam temperaturas mínimas de 25 °C e máximas de 38 °C, com clima semi-úmido e quente. Ocasionalmente, chuvas intensas, com máximas em 24 horas. A precipitação pluviométrica média anual é definida no Regime Equatorial Continental, com isoietas anuais entre 800 a 1.400 mm e trimestres janeiro-fevereiro-março e dezembro-janeiro-fevereiro como os mais chuvosos. Os meses de janeiro, fevereiro e março constituem o trimestre mais úmido (IBGE, 1977).

Os solos da região são provenientes da alteração de arenitos, folhelho, conglomerado e siltito. Compreendem solos litólicos, álicos e distróficos, de textura média, pouco desenvolvidos, rasos a muito rasos, fase pedregosa, com floresta caducifólia e/ou floresta sub-caducifólia/cerrado. Associados ocorrem solos podzólicos vermelho-amarelos, textura média a argilosa, fase pedregosa e não pedregosa, com misturas e transições vegetais, floresta sub-caducifólia/caatinga. Secundariamente, ocorrem areias quartzosas, que compreendem solos arenosos essencialmente quartzosos, profundos, drenados, desprovidos de minerais primários, de baixa fertilidade, com transições vegetais, fase caatinga hiperxerófila e/ou cerrado sub-caducifólio/floresta sub-caducifólia (Jacomine *et al.*, 1986).

As formas de relevo, da região em apreço, compreendem, principalmente, superfícies tabulares reelaboradas (chapadas baixas), relevo plano com partes suavemente onduladas e altitudes variando de 150 a 300 metros; superfícies tabulares cimeiras (chapadas altas), com relevo plano, altitudes entre 400 a 500 metros, com grandes mesas recortadas e superfícies onduladas com relevo movimentado, encostas e prolongamentos residuais de chapadas, desníveis e encostas mais acentuadas de vales, elevações (serras, morros e colinas), com altitudes de 150 a 500 metros (Jacomine *et al.*, 1986).

4.4 - Geologia

Conforme a figura 3, uma única unidade geológica pertencente às coberturas sedimentares ocorre no município. Trata-se do Grupo Serra Grande, que reúne arenito, conglomerado, folhelho e siltito.

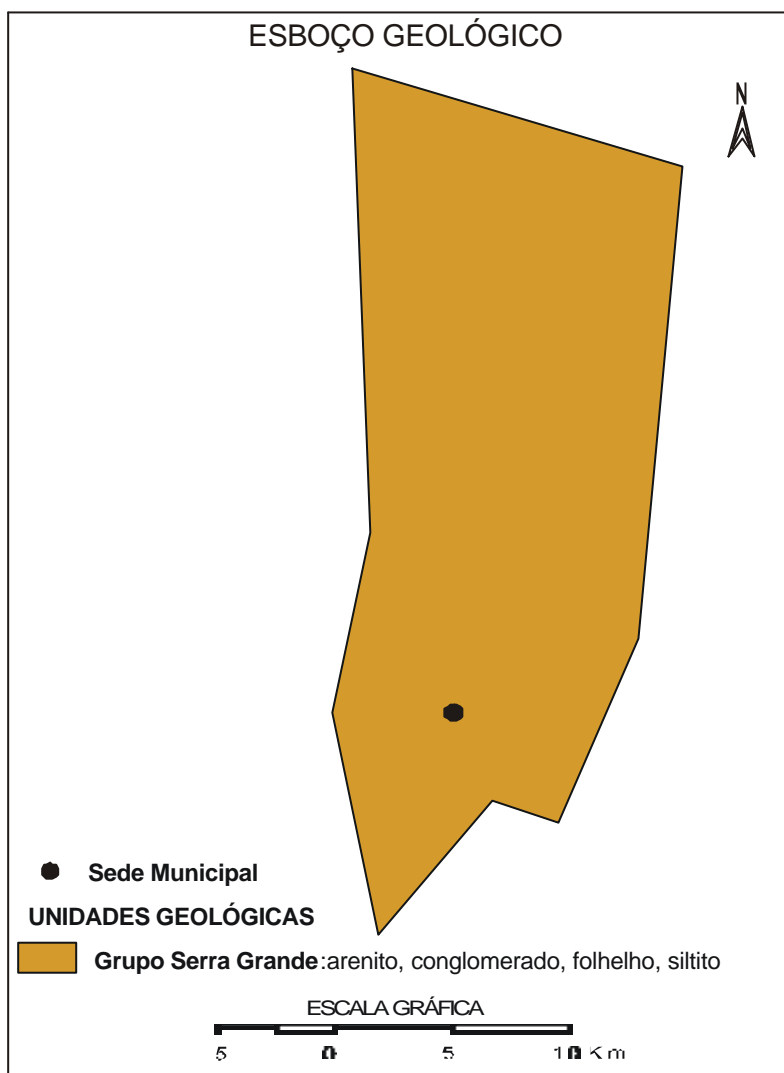


Figura 3 – Esboço Geológico do município.

4.5 - Recursos Hídricos

4.5.1 - Águas Superficiais

Os recursos hídricos superficiais gerados no estado do Piauí estão representados pela bacia hidrográfica do rio Parnaíba. Trata-se da mais extensa dentre as 25 bacias da Vertente Nordeste e abrange o estado do Piauí e parte do Maranhão e do Ceará, ocupando uma área de 330.285 km², o equivalente a 3,9% do território nacional, e drena a quase totalidade do estado do Piauí e parte do Maranhão e do Ceará. O rio Parnaíba possui 1.400 quilômetros de extensão e a maioria dos afluentes localizados a jusante de Teresina são perenes e supridos por águas pluviais e subterrâneas. Depois do rio São Francisco, é o mais importante rio do Nordeste.

Dentre todas as sub-bacias, destacam-se aquelas constituídas pelos rios: Balsas, situado no Maranhão; Poti e Portinho, cujas nascentes localizam-se no Ceará; e Canindé, Piauí, Uruçuí-Preto, Gurguéia e Longá, todos no Piauí. Cabe destacar que a sub-bacia do rio Canindé, apesar de ter 26,2% da área total da bacia do Parnaíba, drena uma grande região semi-árida.

Apesar do Piauí estar inserido no “Polígono das Secas”, não possui grande quantidade de açudes. Os mais importantes são: Boa Esperança, localizado em Guadalupe e represando cinco bilhões de metros cúbicos de água do rio Parnaíba, vem prestando grandes benefícios à população através da

criação de peixes e regularização da vazão do rio, o que evitará grandes cheias, além de melhorar as possibilidades de navegação do rio Parnaíba; Caldeirão, no município de Piri-piri, onde se desenvolve grandes projetos agrícolas; Cajazeiras, no município de Pio IX, é também uma garantia contra a falta de água durante as secas; Ingazeira, situado no município de Paulistana, no rio Canindé e; Barreira, situado no município de Fronteiras. O principal curso d'água que drena o município é o rio Riachão.

4.5.2 - Águas Subterrâneas

No município de Monsenhor Hipólito distingue-se apenas um domínio hidrogeológico: rochas sedimentares, pertencentes à Bacia do Parnaíba, representadas pelo Grupo Serra Grande.

O Grupo Serra Grande é constituído de arenitos e conglomerados e normalmente apresentam um potencial médio, sob o ponto de vista da ocorrência de água subterrânea, tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo.

5 - DIAGNÓSTICO DOS POÇOS CADASTRADOS

O levantamento realizado no município registrou a presença de 78 pontos d'água, sendo todos poços tubulares.

Quanto à propriedade do terreno onde se encontram, os poços foram classificados em: públicos, quando estão em terrenos de servidão pública e; particular, quando estão em propriedades privadas. A figura 4 mostra que 66 poços são públicos e 12 são de uso particular.

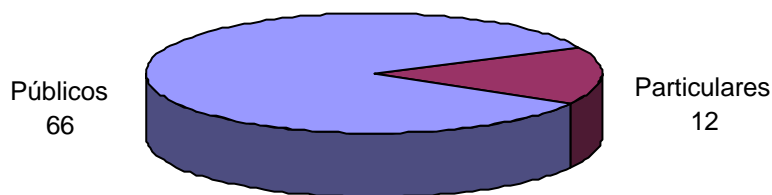


Figura 4 – Natureza da propriedade do terreno.

Quatro situações distintas foram identificadas na data da visita de campo: poços em operação, paralisados, não instalados e abandonados. Os poços em operação são aqueles que funcionavam normalmente. Os paralisados estavam sem funcionar temporariamente devido a problemas relacionados com manutenção ou quebra de equipamentos. Os não instalados representam aqueles que foram perfurados, mas não foram ainda equipados com sistemas de bombeamento e distribuição. E por fim, os abandonados, que incluem poços secos e poços obstruídos, e representam os que não apresentam possibilidade de produção.

A situação dessas obras, levando-se em conta seu caráter público ou particular, é apresentada em números absolutos no quadro 1 e em termos percentuais na figura 5.

Quadro 1 - Situação atual dos poços cadastrados com relação a finalidade de uso da água.

Natureza do poço	Abandonado	Em Operação	Não Instalado	Paralisado
Público	3	58	0	5
Particular	2	9	1	0
Total	5	67	1	5

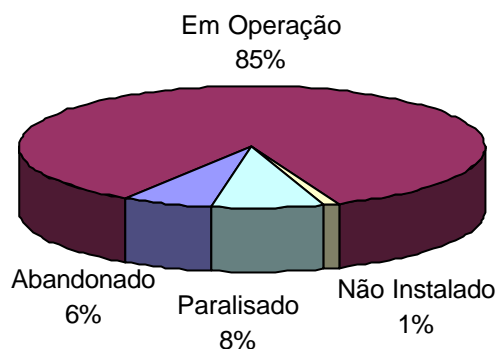


Figura 5 - Situação dos poços cadastrados.

A figura 6 mostra a relação entre os poços atualmente em operação e os poços desativados (paralisados e não instalados), mas passíveis de entrarem em funcionamento. Verifica-se que apenas um poço particular está desativado. Com relação aos poços públicos, cinco encontram-se desativados, podendo, entretanto vir a operar, somando suas descargas àquelas dos 58 poços que estão em uso.

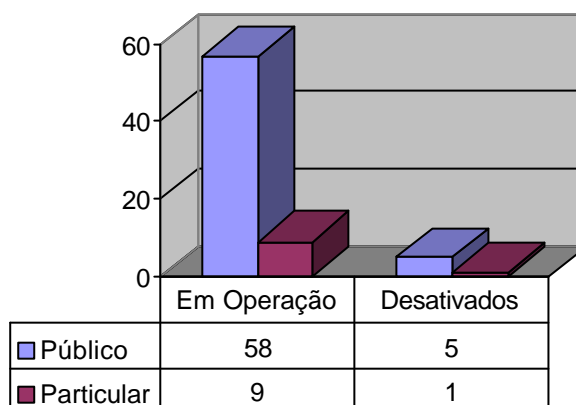


Figura 6 – Poços em uso e passíveis de funcionamento.

Com relação à fonte de energia utilizada nos sistemas de bombeamento dos poços, a figura 7 mostra que 24 poços públicos e sete particulares utilizam energia elétrica. Os poços restantes, 42 públicos e cinco particulares, dependem de outras fontes de energia, como: eólica (cata-vento), solar e combustíveis (óleo diesel, gasolina etc).

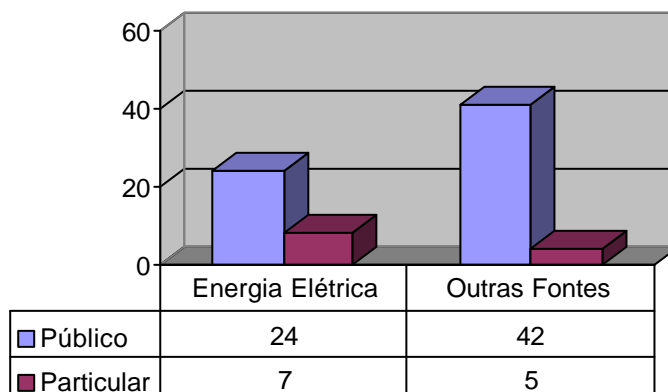


Figura 7 – Tipo de energia utilizada nos sistemas de bombeamento de água

Com relação à qualidade das águas dos poços cadastrados, foram realizadas *in loco* medidas de condutividade elétrica, que é a capacidade de uma substância conduzir a corrente elétrica, estando diretamente relacionada com o teor de sais dissolvidos.

Na maioria das águas subterrâneas naturais, a condutividade elétrica da água multiplicada por um fator, que varia entre 0,55 a 0,75, gera uma boa estimativa dos sólidos totais dissolvidos (STD). Neste diagnóstico, utilizou-se o fator 0,65 para obter o teor de sólidos dissolvidos nas águas analisadas.

A água com demasiado teor de minerais dissolvidos não é conveniente para certos usos. Contendo menos de 500 mg/L de sólidos dissolvidos é, em geral, satisfatória para o uso doméstico e para muitos fins industriais. Com mais de 1.000 mg/L contém minerais que lhe conferem um sabor desagradável e a torna inadequada para diversas finalidades.

Para efeito de classificação das águas dos poços cadastrados, foram considerados os seguintes intervalos de sólidos totais dissolvidos (STD).

< 500 mg/L	Água doce
500 a 1.500 mg/L	Água salobra
> 1.500 mg/L	Água salgada

Foram coletadas amostras de água e analisados os sólidos totais dissolvidos de 66 poços, tendo como resultados valores variando de 41,6 a 919,1 mg/L e valor médio de 194,0 mg/L. Conforme a figura 8, que ilustra a classificação das águas subterrâneas no município, 62 poços apresentaram água doce, ou seja, os sólidos totais dissolvidos nestas águas estão abaixo de 500 mg/L, quatro com água salobra e nenhum poço com água salgada.

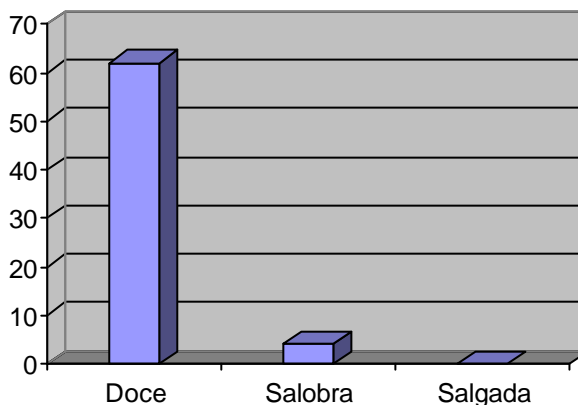


Figura 8 - Qualidade das águas subterrâneas dos poços cadastrados

6 - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A análise dos dados referentes ao cadastramento de poços executado no município, permitiu estabelecer as seguintes conclusões:

1. Em termos de domínio hidrogeológico, predominam as rochas da Bacia Sedimentar do Parnaíba, que possuem porosidade primária e boa permeabilidade, proporcionando boas condições de armazenamento e fornecimento de água;
2. O quadro 2 apresenta a situação atual dos poços existentes no município, onde cerca de 85% dos poços cadastrados são públicos e 8% do total são passíveis de funcionamento, podendo aumentar a oferta de água para a população;
3. Aproximadamente 40% dos poços são atendidos por rede de energia elétrica, o restante depende de fontes alternativas (eólica, solar) ou combustíveis para funcionar o sistema de bombeamento de água;
4. Em termos de qualidade das águas subterrâneas, as amostras analisadas mostraram que a 94% dos poços possuem água doce e 6% água salobra.

Quadro 2 - Situação atual dos poços cadastrados no município

Natureza do Poço	Abandonado	Em Operação	Não Instalado	Paralisado	Total
Público	3	58	0	5	66
Particular	2	9	1	0	12
Total	5	67	1	5	78

Com base nas conclusões acima estabelecidas pode-se fazer as seguintes recomendações:

1. Os poços desativados e não instalados devem entrar em programas de recuperação e instalação de equipamentos de bombeamento, visando o aumento da oferta de água à região;
2. Poços paralisados em virtude de alta salinidade, devem ser analisados com detalhe (vazão, análise físico-química, nº de famílias atendidas etc.) visando a instalação de equipamentos de dessalinização da água;
3. Todos os poços necessitam de manutenção periódica para assegurar o seu funcionamento, principalmente, em tempos de estiagens prolongadas;
4. Para assegurar a boa qualidade da água, do ponto de vista bacteriológico, devem ser implantadas, em todos os poços, medidas de proteção sanitária tais como: selo sanitário, tampa de proteção, limpeza permanente do terreno, cerca de proteção etc.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Geografia do Brasil. *Região Nordeste*. Rio de Janeiro, SERGRAF. IBGE, 1977
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. [Mapas Base dos municípios do Estado do Piauí]. Escalas variadas. Inédito.
- JACOMINE, P.K.T. et al.. Levantamento exploratório – reconhecimento de solos do Estado do Piauí. Rio de Janeiro. EMBRAPA-SNLCS/SUDENE-DRN. 1986. 782 p ilust.
- LIMA, E. de A. M. & LEITE, J.F. – 1978 – Projeto Estudo Global da Bacia Sedimentar do Parnaíba. Recife: DNPM/CPRM.
- PESSOA, M. D. – 1979 – Inventário Hidrogeológico Básico do Nordeste. Folha Nº 18 – São Francisco – NE. Recife. SUDENE
- PROJETO CARVÃO DA BACIA DO PARNAÍBA. Convênio DNPM/CPRM. Relatório Final da Etapa I. vol. 1. Recife. 1973
- PROJETO RADAM. FOLHA SB.23 TERESINA E PARTE DA FOLHA SB.24 JAGUARIBE; geologia, geomorfologia, solos, vegetação e uso potencial da terra. Rio de Janeiro. 1973.

ANEXO 1

PLANILHA DE DADOS DAS FONTES DE ABASTECIMENTO

Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea
Diagnóstico do Município de Monsenhor Hipólito - Estado do Piauí

CÓDIGO POCO	LOCALIDADE	LATITUDE_S	LONGITUDE_W	PONTO DE AGUA	NATUREZA DO TERRENO	PROF (m)	VAZAO (L/h)	SITUACAO DO POÇO	EQUIPAMENTO DE BOMBEAMENTO	FONTE DE ENERGIA	FINALIDADE DO USO	STD (mg/L)
CC537	SERRA AZUL	6 48 23,1	40 57 57	Poço tubular	Público			Em Operação	Bomba submersa	Óleo Diesel	Comunitário	85,8
HP709	SERRINHA	7 1 46	41 1 14,1	Poço tubular	Público	240	3500	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Comunitário	308,75
HP710	SERRINHA	7 2 30,1	41 0 10,8	Poço tubular	Público	250		Em Operação	Bomba submersa	Óleo Diesel	Comunitário	364,65
HP711	SERRA DO JATOBA	7 4 33,9	41 0 15,7	Poço tubular	Particular	200	3500	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Comunitário	260
HP712	JUREMA	7 4 1,6	41 0 49,1	Poço tubular	Público	150		Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Comunitário	380,9
HP713	SERRA DA PORTA	7 3 46,1	41 1 30,9	Poço tubular	Público	240	5000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Comunitário	
HP714	LIBORIO	7 4 10,3	41 3 6,4	Poço tubular	Público	250	3000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Comunitário	267,15
HP715	LIBORIO- SERRA DE OLINDA	7 4 39,3	41 2 10,6	Poço tubular	Público	220		Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Comunitário	251,55
HP716	PALMEIRA	7 4 18,2	41 3 38,3	Poço tubular	Público	280	2000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Comunitário	83,85
HP717	QUARESMA	7 3 51	41 3 47	Poço tubular	Público	220	3000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Comunitário	221,65
HP718	MORRO PELADO	7 2 45,3	41 4 19,2	Poço tubular	Público	220	2200	Em Operação	Bomba submersa		Comunitário	156
HP719	SERRA DA MANDIOCA	7 2 53,1	41 3 11,8	Poço tubular	Público	200	1500	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Comunitário	61,1
HP720	FAVELA	7 1 44,9	41 2 35	Poço tubular	Público	240		Em Operação	Bomba submersa		Comunitário	219,05
HP902	RETIRO	6 57 31,4	41 1 50,3	Poço tubular	Público	240	6000	Em Operação	Bomba submersa	Óleo Diesel	Comunitário	919,1
HP903	GOULART	6 57 57,5	41 3 22,1	Poço tubular	Público	150	4000	Em Operação	Bomba submersa	Óleo Diesel	Comunitário	136,5
HP904	PE DO MORRO	6 55 57,4	41 2 38,3	Poço tubular	Público	198	2800	Em Operação	Bomba submersa	Óleo Diesel	Comunitário	84,5
HP905	PE DO MORRO	6 56 31,3	41 3 11,1	Poço tubular	Público	200	6000	Em Operação	Bomba submersa	Óleo Diesel	Comunitário	165,1
HP906	CHAPADA DO SITIO	6 55 49,2	41 4 23,2	Poço tubular	Particular	150		Abandonado				
HP907	CHAPADA DO SITIO	6 55 43	41 4 37,1	Poço tubular	Público	278	4000	Em Operação	Bomba submersa	Óleo Diesel	Comunitário	125,45
HP908	CHAPADA DO SITIO	6 54 43,5	41 4 6,7	Poço tubular	Particular	230		Abandonado				
HP909	MORRINHO	6 54 19,2	41 3 13,7	Poço tubular	Público	120		Abandonado				
HP910	MORRINHO	6 55 9,3	41 2 53,7	Poço tubular	Público	230	6000	Em Operação	Bomba submersa	Óleo Diesel	Comunitário	161,2
HP911	MORRINHO	6 55 5,8	41 2 5,8	Poço tubular	Particular	144	2000	Em Operação	Bomba submersa		Comunitário	313,95
HP912	BAIXA DA ESQUERDA	6 55 30,6	41 1 52,2	Poço tubular	Público	250	3000	Em Operação	Bomba submersa	Óleo Diesel	Comunitário	281,45
HP913	MORRINHO	6 54 27	41 2 33,2	Poço tubular	Público	208	2500	Em Operação	Bomba submersa	Óleo Diesel	Comunitário	119,6
HP914	MORRINHO	6 53 10,8	41 3 22	Poço tubular	Público	245	1000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Comunitário	90,35
HP915	AROEIRA	6 52 7,8	41 4 13,6	Poço tubular	Público	260	3000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Comunitário	74,1
HP916	AROEIRA	6 51 47	41 4 33,4	Poço tubular	Particular	180	3000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Particular	92,95
HP917	AROEIRA	6 52 46,3	41 4 37,4	Poço tubular	Particular	200	6000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Comunitário	83,2
HP918	AROEIRA	6 51 8,8	41 4 38,4	Poço tubular	Público	270	3000	Em Operação	Bomba submersa	Óleo Diesel	Comunitário	69,55
HP920	AROEIRA - KM 37	6 50 45,5	41 3 45,1	Poço tubular	Público	270	2500	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Comunitário	59,8
HP921	SERRA AZUL KM 44	6 48 9	41 1 25,7	Poço tubular	Particular	265	3000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Comunitário	55,9
HP922	SAO JOSE KM 41	6 49 29,3	41 2 27,7	Poço tubular	Público	200	3000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Comunitário	66,95

Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea
Diagnóstico do Município de Monsenhor Hipólito - Estado do Piauí

CÓDIGO POCO	LOCALIDADE	LATITUDE_S	LONGITUDE_W	PONTO DE AGUA	NATUREZA DO TERRENO	PROF (m)	VAZAO (L/h)	SITUACAO DO POÇO	EQUIPAMENTO DE BOMBEAMENTO	FONTE DE ENERGIA	FINALIDADE DO USO	STD (mg/L)
HP924	CONDOMINIO	6 45 37,5	41 4 15,8	Poço tubular	Particular	250	3000	Em Operação	Bomba submersa	Óleo Diesel	Comunitário	54,6
HP925	SERRA AZUL	6 47 16,5	41 1 34,3	Poço tubular	Público	280	3000	Em Operação	Bomba submersa		Comunitário	44,85
HP926	MARIN	6 48 54,1	41 0 52,6	Poço tubular	Público	276	2000	Em Operação	Bomba submersa	Óleo Diesel	Comunitário	56,55
HP927	MANDACARU	6 53 7,8	40 59 12,5	Poço tubular	Público	252	5000	Em Operação	Bomba submersa	Óleo Diesel	Comunitário	81,9
HP928	PENDENGAS	6 54 5,4	40 59 37,4	Poço tubular	Público	240	3500	Em Operação	Bomba submersa	Óleo Diesel	Comunitário	105,3
HP929	PENDENGAS	6 54 23,7	41 0 10	Poço tubular	Público	113	3000	Em Operação	Bomba submersa	Óleo Diesel	Comunitário	451,1
HP930	PENDENGAS	6 54 4,8	41 0 50	Poço tubular	Público	240	5000	Em Operação	Bomba manual	Óleo Diesel	Comunitário	118,3
HP931	AMARELO	6 52 43,2	41 1 8,8	Poço tubular	Público	240	3000	Paralisado	Bomba submersa	Óleo Diesel		140,4
HP932	ALTO DE AREIA	6 51 29,2	41 1 19,1	Poço tubular	Público	280	4000	Em Operação	Bomba submersa	Óleo Diesel	Comunitário	102,05
HP933	MORRINHO	6 53 4,6	41 2 3,3	Poço tubular	Público	180	2500	Paralisado	Bomba submersa	Óleo Diesel	Comunitário	
HP934	ALTO DE AREIA	6 51 9,7	41 2 13,9	Poço tubular	Público	210	3000	Em Operação	Bomba submersa	Óleo Diesel	Comunitário	41,6
HP935	BAIXAO SANTIAGO	6 48 34,4	41 2 52,2	Poço tubular	Público	280	3500	Em Operação	Bomba submersa	Óleo Diesel	Comunitário	41,6
HP936	GRONHON	7 0 57,2	40 59 47,6	Poço tubular	Público	90	10000	Em Operação	Bomba manual	Elétrica trifásica	Comunitário	289,9
HP937	BARROCAS	7 0 29,9	41 0 26,2	Poço tubular	Público	120	5000	Em Operação	Bomba submersa	Óleo Diesel	Comunitário	285,35
HP938	BARROCAS	7 0 26,8	41 0 27,5	Poço tubular	Público			Abandonado				
HP939	BAIRRO TRIZIDELA	7 0 26,4	41 1 22,3	Poço tubular	Público	96	5000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Comunitário	589,55
HP940	SEDE - BAIRRO LAZAN VELHA	7 0 20,5	41 2 20,9	Poço tubular	Público	80	10000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica monofás	Comunitário	286
HP941	SEDE - TRAVESSA JOAQUIM RUFIN	6 59 31,2	41 1 47,8	Poço tubular	Público	200	3500	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Comunitário	521,3
HP942	SEDE PRACA JOAQUIM BEZERRA	6 59 49,1	41 1 44,2	Poço tubular	Público	105	2500	Paralisado			Comunitário	582,4
HQ201	FAVELA	7 1 31	41 3 17,2	Poço tubular	Público	152	2500	Em Operação	Bomba submersa	Óleo Diesel	Comunitário	234
HQ202	SERRA AZUL	6 46 42,5	41 0 10	Poço tubular	Público	282	2000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Comunitário	48,1
HQ203	BR 020	6 47 24,3	41 0 43,5	Poço tubular	Público	270	2000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Comunitário	65
HQ204	SERRA AZUL	6 47 35,4	40 59 28,8	Poço tubular	Público	280	3000	Paralisado	Bomba submersa	Óleo Diesel	Comunitário	89,05
HQ205	SERRA AZUL	6 48 42,3	40 59 32	Poço tubular	Público	300		Em Operação	Bomba submersa	Óleo Diesel	Comunitário	77,35
HQ206	MEARIM	6 49 27,4	40 58 58,2	Poço tubular	Público	300	3000	Em Operação	Bomba submersa	Óleo Diesel	Comunitário	48,1
HQ207	MEARIM DOS REGIAS	6 50 10,7	40 59 58,5	Poço tubular	Público	182	2500	Em Operação	Bomba submersa	Óleo Diesel	Comunitário	81,25
HQ208	MEARIM - LEANDRO	6 50 19,2	41 0 19,2	Poço tubular	Público	300	1000	Em Operação	Bomba submersa	Óleo Diesel	Comunitário	70,2
HQ209	MEARIM - FRANCA	6 50 54,3	41 0 5,1	Poço tubular	Público	126	5000	Paralisado	Bomba submersa		Comunitário	
HQ210	MEARIM - JONAS	6 51 56,7	41 0 10	Poço tubular	Público	280	800	Em Operação	Bomba submersa	Óleo Diesel	Comunitário	154,7
HQ211	AMARELO FERRADO	6 53 7,7	41 0 39,7	Poço tubular	Público	160	1000	Em Operação	Bomba submersa	Óleo Diesel	Comunitário	179,4
HQ212	MAXIXE - CHICO SABINO	6 56 14,2	41 0 21,5	Poço tubular	Público	200		Em Operação	Bomba submersa	Óleo Diesel	Comunitário	137,8
HQ213	CABECEIRA	6 57 20,6	41 0 48,3	Poço tubular	Público	190	1000	Em Operação	Bomba submersa	Óleo Diesel	Comunitário	398,45
HQ214	SACO DO MOCO	6 57 35,9	40 59 29	Poço tubular	Público	250	3600	Em Operação	Bomba submersa	Óleo Diesel	Comunitário	159,25

Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea
 Diagnóstico do Município de Monsenhor Hipólito - Estado do Piauí

CÓDIGO POCO	LOCALIDADE	LATITUDE_S	LONGTUDE_W	PONTO DE AGUA	NATUREZA DO TERRENO	PROF (m)	VAZAO (L/h)	SITUACAO DO POÇO	EQUIPAMENTO DE BOMBEAMENTO	FONTE DE ENERGIA	FINALIDADE DO USO	STD (mg/L)
HQ215	SACO DO MOCO DIVINO	6 57 0,3	40 59 23,1	Poço tubular	Público	250	1800	Em Operação	Bomba submersa	Óleo Diesel	Comunitário	141,7
HQ216	BAIXA GRANDE	6 55 49,9	40 59 18,1	Poço tubular	Público	250	2600	Em Operação	Bomba submersa	Óleo Diesel	Comunitário	151,45
HQ217	SEDE - LAGOA DANTAS	6 59 39,1	41 1 5,2	Poço tubular	Público	200	8000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Comunitário	264,55
HQ218	CARCARA- CHURRASCARIA BRILH	6 59 43,5	41 1 8,7	Poço tubular	Particular	100	3100	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Particular	263,25
HQ219	LAGOA DANTAS	6 59 39,8	41 0 44,8	Poço tubular	Público	90	6000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Comunitário	154,05
HQ220	SEDE	6 59 44,9	41 1 45,9	Poço tubular	Particular	120	5000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Particular	301,6
HQ221	SACO DA ROCA	6 59 43,1	41 2 53,7	Poço tubular	Público	180	1500	Abandonado	Bomba submersa	Elétrica monofásica		
HQ222	SACO DA ROCA	6 59 46,8	41 3 16,4	Poço tubular	Público			Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Comunitário	
HQ223	SACO DA ROÇA	6 59 48,3	41 3 22,7	Poço tubular	Público	170	12000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Comunitário	
HQ224	SACO DA ROCA	6 59 47,9	41 3 27,3	Poço tubular	Público			Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Comunitário	
HQ225	SACO DA ROÇA - JUA	6 59 42,1	41 3 4,1	Poço tubular	Particular	180	5000	Em Operação	Bomba submersa	Elétrica trifásica	Particular	243,75
HQ226	SACO CERCADO	7 0 31,6	41 3 50	Poço tubular	Particular	200	5400	Não Instalado				274,95

ANEXO 2

MAPA DE PONTOS D'ÁGUA